



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Santa Maria, março de 2014.

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Prof. Dr. Paulo Afonso Burmann
Reitor

Profª. Dra. Helenise Sangoi Antunes
Diretora do CE

Profª. Dra. Rosane Carneiro Sarturi
Coord. do Curso de Especialização em Gestão Educacional

SUMARIO

1 Apresentação	3
2 Justificativa.....	7
3 Objetivos.....	9
4 Perfil do Egresso.....	10
5 Áreas de atuação.....	11
6 Linhas de Pesquisa.....	12
6.1 Gestão das Instituições Educacionais.....	12
6.2 Políticas Públicas e Gestão Educacional.....	12
7 Estratégias.....	13
8 Público Alvo.....	16
9 Estrutura Curricular.....	17
9.1 Organização Curricular.....	17
9.1.1 Disciplinas Optativas.....	18
9.2 Disciplina por Professor.....	18
9.3 Disciplinas Obrigatórias/ Ementas, programas e referências.....	20
9.4 Disciplinas Optativas / Ementas, programas e referências	28
9.5 Seleção de Candidatos.....	40
10 Recursos de Materiais	42
11 Avaliação do Curso	44

1 APRESENTAÇÃO

Este documento pretende ser um instrumento político, cultural e científico de construção coletiva constituindo-se no roteiro que orienta as ações do Curso de Especialização em Gestão Educacional que tem como proposta básica a formação do gestor educacional.

O Centro de Educação da UFSM tem uma tradição estabelecida na oferta de formação continuada de professores para a educação básica através de seu Curso de Especialização em Gestão Educacional. Assim, esta proposta objetiva apresentar os parâmetros que subsidiarão os princípios e as diretrizes para a realização dos processos formativos ancorados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso, visando uma formação que desenvolva no docente egresso características de sujeito perceptivo, questionador, reflexivo, aberto às inovações, a partir da construção de uma sólida formação científica na área específica aliada de consistente formação pedagógica, formação humana e cultural, bem como atenda de maneira abrangente, com flexibilidade e autonomia os interesses prioritários do sistema educacional.

O Curso de Especialização em Gestão Educacional tem sua história marcada pela experiência do Centro de Educação na área das políticas públicas e gestão educacional, inicialmente com a oferta do curso de Pedagogia, em 1965, voltado à formação dos profissionais da educação que atuavam nas matérias pedagógicas do ensino médio e nas áreas de administração supervisão e orientação educacional e posteriormente, na pós-graduação, com a criação do Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado, do Centro de Ciências Pedagógicas, sendo instalado em agosto de 1971.

Até 1977 este curso funcionou através de convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), que oferecia dupla titulação: especialização e mestrado. A maioria dos alunos, procedentes de outros países da América Latina, saia com o título de especialista, uma vez que a bolsa que recebiam da OEA durava apenas um ano. Os brasileiros, por sua vez, e alguns latinos, continuavam o curso e defendiam sua dissertação, recebendo título de mestre, em torno de dois anos.

Em 1980, a Universidade Federal de Santa Maria, referendada pelos movimentos nacionais de formação de professores, que apontavam para a reestruturação dos Cursos de Pedagogia, deslocou as antigas habilitações de administração, supervisão escolar e orientação educacional para o nível de pós-graduação, especialização *lato-sensu*, e estas habilitações foram substituídas no curso de Pedagogia pelas de magistério para a educação pré-escolar e matérias pedagógicas do 2º grau e séries iniciais do ensino de 1º grau e matérias pedagógicas do 2º grau. As antigas habilitações, portanto, passaram a compor o Curso de Especialização em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

Em 1989 foi aprovado na UFSM o Curso de Especialização em Educação Pós-Graduação *lato sensu*, com as habilitações: Administração, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, através do Parecer nº 01/89/CEPE e do Parecer nº06/89/CONSU. Sua principal característica “habilitação” justificava a elevada carga horária: 300h/a para o Núcleo Básico; 360 h/a para o Núcleo Profissionalizante e 180 h/a para Estágio e Monografia totalizando 840 horas-aula.

Justificavam-se essas habilitações pelo fato de que o exercício de determinadas funções (direção, orientação e supervisão) no interior da escola e dos sistemas de ensino (nas tarefas de planejamento, organização e supervisão) pressupunham o domínio e os conhecimentos do processo do trabalho docente, que caracterizavam o conceito da especialidade e de cargos específicos fortalecidos pelos pressupostos da fragmentação entre o pensar e o fazer e da limitação do trabalho docente à regência de classe.

No período de 1997-1999, por força da Lei nº. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ocorreu uma reformulação curricular, passando a denominar-se Curso de Especialização em Gestão Educacional, ênfases em: Administração/Supervisão Escolar e Orientação Educacional, posto que a partir deste momento a ênfase do processo de organização e gestão educacional, impulsionados pelas políticas públicas, passa a ser o projeto político pedagógico (PPP) da instituição, elaborado com a participação de toda a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos e pais, não ficando mais restrita aos regimentos escolares, antes outorgados pelas mantenedoras. Os

princípios da gestão democrática da escola passam a instalar-se nas instituições escolares.

No ano de 1999, o Curso de Especialização em Gestão Educacional foi reestruturado, especialmente em função da portaria nº. 524, de 12.06.98, do Ministério da Educação. Esta reformulação foi aprovada pelo CEPE/UFSM em novembro de 1999 e acarretou a redução da carga horária para 435 horas e o redimensionamento da estrutura curricular, mas, ainda, continuou a formar profissionais para as antigas habilitações.

O Curso somente rompeu com as ênfases/habilidades no ano de 2001. Nesse ano passou a denominar-se Curso de Especialização em Gestão Educacional, algo que ficou delineado em seus novos documentos (Regimento e PPP), por meio de suas bases, princípios e diretrizes, gerando, assim, um novo rendimento e ação desses profissionais numa perspectiva de trabalho coletivo, integrado e democrático, no qual há necessidade de percebê-los no contexto de gestão escolar.

Em 2001 passou a denominar-se, portanto, Curso de Especialização em Gestão Educacional e a sua estrutura político-pedagógica ficou estabelecida no novo regimento e projeto pedagógico. No período de 2004 a 2006 foram feitas novas alterações no PPP do Curso, através de um processo coletivo de debates a partir do documento intitulado “Plano de Avaliação e Reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Educacional”.

A partir das discussões realizadas ao longo do processo permanente de avaliação interna (anual) e externa (última avaliação realizada por Comissão externa no ano de 2011), percebeu-se a necessidade de [re]organização curricular, tendo em vista que as políticas públicas tem chamado à responsabilidade os cursos de pós-graduação e de graduação, como espaços de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, que não podem existir sem a integração e comunicação com a Educação Básica. Desta forma, os docentes atuantes no curso, em diálogo permanente, perceberam a importante necessidade de atualização e [re]articulação da proposta curricular.

Assim sendo, a presente proposta está pautada por linhas pedagógicas gerais historicamente construída ao longo de duas décadas de existência do Curso, ao

lado da análise tanto das propostas governamentais atuais oriundas da legislação em vigor, quanto das questões advindas das discussões internas em torno do novo paradigma de sociedade, o qual supõe a construção de uma identidade própria, preservando as características de independência intelectual que devem marcar os concluintes do Curso.

2 JUSTIFICATIVA

De acordo com a Constituição Federal de 1988, com a Lei nº. 9.394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Plano Nacional de Educação, a construção da autonomia escolar deverá ser resultado da Gestão democrática, através da qual a escola deverá assumir compromisso com a construção de sua identidade.

Isso se justifica na medida em que a tendência dessa proposta de curso de especialização *latu sensu* é superar a divisão social do trabalho pedagógico instaurada na escola básica. Como as demais instituições torna-se indispensável investir em processos científicos e tecnológicos de modo a conduzir as práticas das instituições escolares a processos gestionários da democracia no seio educacional, no sentido de resgatar a base fundante da função social da escola e o compromisso de seus profissionais frente a um contexto que requer profissionais mais preparados.

Por gestor educacional entende-se o docente habilitado para exercer, tanto as funções pedagógicas, como as funções administrativas na perspectiva da gestão democrática como um processo de superação da divisão do trabalho na instituição escolar e nos sistemas educacionais. Nesta perspectiva, as instituições educativas, pelas políticas educacionais, ancoradas na descentralização administrativo, pedagógica e financeira, estão sendo progressivamente responsabilizadas pelos resultados que produzem, por movimentos de defesa da autonomia, por políticas de desburocratização, descentralização e regulamentação de processos engessados e verticalizados nos sistemas de ensino. Assim, no âmbito escolar, a decisão unipessoal, está sendo cada vez mais questionada e, portanto, mais incentivado o desenvolvimento da co-responsabilidade e da construção de projetos coletivos.

Neste contexto, a universidade, como instituição formadora, assume relevante papel no estabelecimento de componentes curriculares teórico-práticos capazes de suscitar nos futuros gestores aportes para se posicionarem frente as demandas da gestão democrática.

O Curso, nesta perspectiva, prioriza a reflexão em torno do cumprimento do princípio de implantação da gestão democrática voltada para atender o dever do

Estado de modo que cada indivíduo possa se auto-governar como ente dotado de liberdade e ser capaz de participar como cidadão consciente e crítico de uma sociedade de pessoas livres e iguais, a partir da prática coletiva e compartilhada na escola. O Curso procura estabelecer parcerias com várias entidades científicas de modo a não perder de vista a pauta de sucessivas inovações propostas exigidas pelo contexto social e pelas normativas.

A atualidade da proposta tem gerado muitas expectativas nos inúmeros candidatos que anualmente buscam acesso a este currículo, como referência e alternativa de estudos continuados, além de melhores condições de formação e valorização do magistério.

Diante das assertivas, o Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, através do Curso de Especialização em Gestão Educacional (presencial), assume papel relevante frente ao compromisso de qualificar recursos humanos para atuar na instituição escolar e respectivas redes/sistemas de ensino. Para tal pretensão, atualmente, há a existência de requisitos infra-estruturais quanto de recursos humanos qualificados em consonância com o paradigma de gestão educacional atual.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Proporcionar formação continuada aos profissionais da educação no campo da gestão educacional.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar e refletir aspectos político-pedagógicos do sistema educacional brasileiro a partir das políticas públicas, programas e ações vigentes.
- Desenvolver uma compreensão crítica das redes/sistemas de ensino, e respectivas instituições, em seus aspectos administrativos, técnicos, pedagógicos, políticos, financeiros e culturais, com vistas a organização da gestão educacional/escolar mais democrática.
- [Re]construir conhecimentos com vistas à produção de políticas públicas, programas e planos referentes as redes/sistemas de ensino.
- Elaborar produção científica relevante na área de gestão educacional/escolar, como trabalho final de curso.

4 PERFIL DO EGRESO

A gestão democrática, na proposta do Curso, é uma relação teórico-prática que requer envolver a participação de todos no desempenho administrativo-pedagógico e no compromisso sociopolítico, de modo que legitime a inserção da comunidade interna e externa nos planos e projetos da escola.

Nesta perspectiva, o perfil almejado ao egresso deve contemplar amplas competências e habilidades na área de Gestão Educacional, de modo que o concludente domine os conhecimentos referentes: a democratização da educação; a construção da autonomia nas instituições educacionais em seus aspectos micro e macro; ao compromisso profissional embasado na qualidade das atividades de ensino e da produção científica; ao estabelecimento de fortes relações entre a educação básica e a educação superior, como meio de consolidar trocas que enriqueçam a ambos, pois os egressos do curso atuam em instituições escolares desde a docência que é feita nos Cursos de Graduação como os demais cargos que hoje necessitam estar dispostos interdisciplinarmente.

Neste caso, “gestor” não é um termo que designa um cargo; é, pois, uma função na estrutura organizacional das instituições educativas. Refere-se a processos, políticas e ações administrativas e pedagógicas em cuja articulação subsidiará as metas, as definições políticas e as práticas escolares, a partir da compreensão de gestão como um espaço de encontro entre o estado e a sociedade civil na escola. Isto indica que o papel do gestor não se esgota no âmbito da escola, está, também, estreitamente vinculado à gestão da rede/sistema educativo.

5 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Curso de Pós-graduação em Gestão Educacional em nível de Especialização *Lato Sensu*, prepara e qualifica profissionais para atuar nas áreas da Gestão Escolar e Educacional.

6 LINHAS DE PESQUISA

As Linhas de Pesquisa tem o propósito de preservar a Identidade do Curso no que se refere a sua especificidade, centrada na área de Gestão Educacional e Escolar. Agregar docentes e alunos e concentrar a produção científica do Curso.

6.1 Gestão de Instituições Educacionais

Esta linha tem por objetivo a investigação de Instituições Educacionais no que se refere a sua estrutura e cultura organizacional, suas instâncias deliberativas e executivas, nos mecanismos de escolha de dirigentes, bem como formas de relações e integração com a comunidade interna e externa. Somam-se a esses fatos a gestão administrativa, financeira e pedagógica, a formação e valorização do corpo docente, consubstanciados ao desenvolvimento de seus planos/projetos e na gestão da avaliação.

6.2 Políticas Públicas e Gestão Educacional

Esta linha tem por objetivo a investigação do sistema educacional brasileiro e respectivos movimentos e ações de gestão, a partir das políticas públicas vigentes e suas relações com as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, considerando suas repercussões sobre a sociedade e o ensino. A linha abrange as temáticas das políticas públicas e gestão que envolvem as redes/sistemas de educação e seus desdobramentos.

7 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

As questões propostas por uma sociedade em rápido processo de transformações sociais, políticas e tecnológicas, exige novos desafios para a escola. Isto indica que a formação é processual e não podemos encará-la como momentos estanques agrupados em um currículo profissional.

Ao discutir e propor a formação do educador, seja inicial ou continuada, se está tratando de toda a sua experiência de vida, de sua trajetória pessoal, intelectual e social, dotada de coerência, unidade e centralidade em suas especificidades e interesses individuais, o que lhe dá identidade como sujeito. Assim sendo, estes aspectos se constituem referencial para o Curso, pois compreende-se tanto a dimensão individual, quanto social, como elementos indissociáveis à formação e atuação do gestor educacional.

A dimensão individual engloba os saberes técnicos e atitudinais que o gestor deve dominar, respeitada a sua subjetividade; enquanto a dimensão social determina a vida de cada um que se dá através das relações sociais, dos valores, da cultura, entre outros aspectos que interferem na sua vida profissional e na cultura organizacional das instituições de ensino que por ventura esteja ou venha a atuar.

O Curso é de caráter permanente, com carga horária de 375 horas totalizando 25 créditos, sendo que cada unidade de crédito corresponde a quinze (15) horas. Desse total de 25 créditos, setenta e cinco (75) horas (cinco créditos) a distância.

Das 375 horas de carga horária total do curso, 225 horas (quinze créditos) são de disciplinas obrigatórias comuns a todos os alunos (cinco disciplinas de 45h) e 150 horas (dez créditos) são de disciplinas optativas (cinco disciplinas de 30h), vinculadas ao planejamento curricular do aluno, de modo a constituir-se em aprofundamento e ou atualização de conhecimentos da área. As cinco disciplinas obrigatórias tem carga horária a distância, sendo quinze (15) horas (um crédito) de cada disciplina a ser desenvolvido a distância (EaD). Durante o Curso será oferecido um rol de disciplinas optativas do curso, com trinta (30) horas cada, distribuídas nos três semestres, devendo o aluno cursar obrigatoriamente pelo menos cinco.

A oferta do curso poderá ocorrer tanto no diurno, quanto no noturno, sendo realizada de acordo com a demanda dos acadêmicos, flexibilizando o horário com vistas a atender o público alvo.

As atividades a distância nas disciplinas obrigatórias (75h) serão desenvolvidas pelo Ambiente Moodle, disponível na estrutura tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre outras possibilidades pedagógicas. Os créditos desenvolvidos a distância observarão uma metodologia que considerará os recursos, as linguagens e as especificidades de um ambiente virtual de aprendizagem, em especial, suas formas de interatividade e dialogicidade. Serão adotadas, nesta perspectiva, estratégias para produção de conhecimento e para a formação de gestores da educação que levem em conta a aplicabilidade dos conteúdos nas atividades cotidianas da gestão escolar e/ou educacional.

O período de duração do Curso encontra-se em conformidade com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-graduação da Instituição mantenedora, que em seu artigo 64, Inciso I, será de dezoito meses com uma prorrogação de até seis meses, em caráter excepcional a critério do seu Colegiado, somente para a elaboração de Monografia.

O Curso abrirá até 35 vagas anualmente, podendo este número ser inferior de acordo com a demanda.

O aluno deverá matricular-se na Disciplina Elaboração de Monografia (EDM), a partir do 2º semestre, sob a orientação de um docente credenciado. A orientação e a elaboração de Monografia acontecerá, concomitante ao desenvolvimento do 2º e 3º semestres letivos do Curso. Para apresentar a Monografia o aluno deverá ter concluído todas as disciplinas.

Conforme o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM, cada aluno do Curso terá um professor orientador credenciado pelo Colegiado do Curso, que será escolhido em comum acordo entre aluno, o professor em questão e o Coordenador do Curso ao final do 1º semestre.

O professor orientador deverá estar em plena atividade de pesquisa e ser detentor de, no mínimo, título de Mestre.

Conforme Artigo 10 da Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007, não será computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de Monografia.

De acordo com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM, o Curso terá um Colegiado, uma Coordenação e uma Secretaria de Apoio Administrativo.

8 PÚBLICO ALVO

O público alvo do curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional-Especialização será composto de portadores de Diploma ou Certificado de previsão da conclusão do Curso Superior em Nível de Graduação, licenciatura, substituível até a matrícula.

Nesta perspectiva, busca-se uma proposta curricular que identifique o Curso, a partir de sua natureza na área das políticas educacionais através das políticas sociais, como curso de educação continuada, não mais voltado para a formação de profissionais para exercer funções parceladas e setorizadas na escola, mas qualificar o profissional para, como competências e habilidades nas áreas administrativo, pedagógicas e financeiras no sentido de construir qualitativamente, a partir do coletivo escolar e/ou universitário, a gestão da educação democrática.

9 ESTRUTURA CURRICULAR

9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

1º SEMESTRE				
CÓD.	CRÉD.		C.H.	DISCIPLINA
	Presencial	EaD		
	02	01	45H	Políticas Públicas e Gestão Educacional
	02	01	45H	Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional
	02	01	45H	Enfoques de Pesquisa
	02	-	30H	Disciplina Optativa

Obrigatórias = 135h Optativas = 30h

Total = 165 horas, sendo 45h EAD

2º SEMESTRE				
CÓD.	CRÉD.		C.H.	DISCIPLINA
	Presencial	EaD		
	02	01	45H	Gestão, Planejamento Educacional e Projeto Político Pedagógico
	02	01	45H	Organização Escolar e Curricular
	02	-	30H	Disciplina Optativa
	02	-	30H	Disciplina Optativa
				Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 90h Optativas = 60h

Total = 150 horas, sendo 30h EAD

3º SEMESTRE				
CÓD.	CRÉD.		C.H.	DISCIPLINA
	Presencial	EaD		
	02	-	30H	Disciplina Optativa
	02	-	30H	Disciplina Optativa
				Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 0h Optativas = 60h

Total = 60 horas

9.1.1 Disciplinas Optativas

CÓD.	CRÉD.	C.H.	DISCIPLINA
	02 (2-0) OP	30H	Círculos de Diálogos: Gestão e Modalidades Educativas
	02 (2-0) OP	30H	Desenvolvimento Humano em Diferentes Abordagens
	02 (2-0) OP	30H	Financiamento da Educação
	02 (2-0) OP	30H	Gestão da Avaliação Educacional
	02 (2-0) OP	30H	Política de Educação de Jovens e Adultos
	02 (2-0) OP	30H	Política de Inclusão e Gestão Educacional
	02 (2-0) OP	30H	Políticas e Práticas de Formação de Professores
	02 (2-0) OP	30H	Sistemas Educacionais: Organização e Representação Social
	02 (2-0) OP	30H	Tópicos Específicos em Gestão Educacional

9.2 DISCIPLINA/PROFESSOR

CÓDIGO/DISCIPLINA	C.H.	PROFESSORES	TITULO
Políticas Públicas e Gestão Educacional	45H	Myrian Cunha Krum Marta Roseli de Azeredo	Mestre Doutora
Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional	45H	Clóvis Renan Jacques Guterres	Doutor
Gestão, Planejamento Educacional e Projeto Político Pedagógico	45H	Débora Teixeira de Mello Maria Elizabete Londero Mousquer Marilene Gabriel Dalla Corte	Doutora Doutora Doutora
Organização Escolar e Curricular	45H	Rosane Carneiro Sarturi Débora Ortiz de Leão	Doutora
Enfoques de Pesquisa	45H	Maria Elisa Rosa Gama Simone Freitas da Silva Gallina	Doutora Doutora
Círculos de Diálogos: Gestão e Modalidades Educativas	30H	Celso Ilgo Henz	Doutor
Desenvolvimento Humano em Diferentes Abordagens	30H	Lorena Inês Peterini Marquezan	Mestre
Financiamento da Educação	30H	Glades Tereza Félix	Doutora

Gestão da Avaliação Educacional	30H	Glades Tereza Félix	Doutora
Política de Educação de Jovens e Adultos	30H	Celso Ilgo Henz	Doutor
Política de Inclusão e Gestão Educacional	30H	Leandra Boer Possa	Doutora
Políticas e Práticas de Formação de Professores	30H	Marilene Gabriel Dalla Corte	Doutora
Sistemas Educacionais: Organização e Representação Social	30H	Débora Teixeira de Mello	Doutora
Tópicos Específicos em Gestão Educacional	30H	Professores Credenciados	-
Elaboração de Monografia	-	Professores Credenciados	-

9.3 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS / EMENTAS, PROGRAMAS E REFERÊNCIAS

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 45H

CRÉDITOS: 03

EMENTA: Políticas Públicas Educacionais. Legislação Educacional. Políticas educacionais de Estado e de Governo.

OBJETIVO: Compreender as políticas públicas educacionais de Estado e Governo sob as perspectivas macro e micro em relação à gestão educacional/escolar.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

1.1 Neoliberalismo e organização da educação

1.2 Globalização e descentralização

1.3 Conferência Mundial de Educação para Todos (Jontien – 1990)

UNIDADE 2 – LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

2.1 Constituição Federal de 1988

2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96

2.3 Relatórios de Monitoramento da Educação para Todos (Compromisso de Dakar – 2000; Relatório de Monitoramento da Educação para Todos, Brasil – 2008).

UNIDADE 3 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ESTADO E DE GOVERNO

3.1 Plano Nacional de Educação - Planos Estaduais e Municipais de Educação – Projeto Político Pedagógico da Escola

3.2 Decreto 6094/abril 2007 – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

3.3 Plano de Desenvolvimento da Educação (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Plano de Ações Articuladas)

3.4 Programas e/ou Ações do Governo Federal para a Educação

Bibliografia Básica

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios.** Petrópolis: Vozes, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios.** São Paulo: Xamã, 2009.

SANDER, B. **Políticas públicas e gestão democrática da educação.** Brasília: Líber Livro, 2005.

DOURADO, L. F. (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** 2.ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, E. B. e OLIVEIRA, D. A. (orgs.). **Crise da Escola e Políticas Educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **LDB 9.394/96.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>

KUENZER, A. [et.al]. **Planejamento e Educação no Brasil.** São Paulo, Cortez, 1990.

TORRES, R. M. **Educação para Todos:** a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2001.

UNESCO. 1998. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jontien, 1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA GESTÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO: FUE

CARGA HORÁRIA: 45H

CRÉDITOS: 03

OBJETIVO: Reconhecer, a partir de uma visão ampla e integrada, os principais pressupostos que fundamentam a gestão educacional.

EMENTA: Fundamentos da Sociedade e da Educação. Estado, Sociedade e Educação. Fundamentos da Organização e da Gestão da Fábrica e da Escola. Problemas Contemporâneos para a Fundamentação da Gestão Educacional.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

1.1 Os Fundamentos da Filosofia Política

1.2 Os Fundamentos Sociológicos

1.2.1 As Concepções Clássicas: Durkheim, Marx e Weber

1.2.2 A “Nova Sociologia”

1.2.3 Modernidade e Pós-Modernidade

UNIDADE 2 – ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

- 2.1 Origem e evolução do conceito de Estado
- 2.2 O Estado do Bem estar social
- 2.3 O Estado neo-liberal
- 2.4 O Estado e as Políticas Públicas

UNIDADE 3 – FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DA FÁBRICA E DA ESCOLA

- 3.1 Evolução do Trabalho e da Escola
- 3.2 As Revoluções Industriais (Revolução tecnológicas)
- 3.3 O Modelo Taylorista-Fordista
- 3.4 Origem e Modelos de Gestão: Teorias da Administração Escolar

UNIDADE 4 – PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS PARA A FUNDAMENTAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL

- 4.1 Globalização e neoliberalismo
- 4.2 A Internacionalização da Educação
- 4.3 Ética e Política no Contexto Atual

Bibliografia Básica

ANDREOTTI, A.L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L.W. (Orgs). **História da Administração Escolar no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

GIANNOTTI, José Arthur. **Marx: além do marxismo**. Tradução dos textos de Marx: Luciano Codato. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket; v. 245)

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia)

TEODORO, Antônio. **A Educação em Tempos de Globalização Neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Líber Livro, 2011

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **A Gestão da Educação na Sociedade Mundializada**: por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo. **Globalização Excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 4^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. e TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea)

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: GESTÃO, PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 45H

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Matrizes históricas e políticas da administração escolar e da gestão educacional. Princípios e mecanismos da gestão democrática do ensino. Planejamento educacional. Fundamentos teórico-metodológicos da construção do Projeto Político Pedagógico.

OBJETIVO:

Oportunizar a compreensão sobre administração e gestão educacional, considerando os preceitos de democratização da educação em seus princípios, mecanismos e processos de planejamento na organização escolar.

UNIDADE 1 – MATRIZES TEÓRICAS DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO EDUCACIONAL

1.1 Concepções e configurações da administração x gestão educacional

UNIDADE 2 – PRINCÍPIOS E MECANISMOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO

2.1 Princípios de gestão democrática da educação

2.2 Mecanismos de democratização da escola: eleição de diretores, órgãos colegiados, autonomia financeira, construção do Projeto Político Pedagógico

2.4 O conceito de público e privado e suas implicações na organização escolar

UNIDADE 3 – PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

3.1 Planejamento Educacional: entre o Estado e a Escola

3.2 Níveis de planejamento educacional e a gestão escolar

3.3 A construção do coletivo escolar e o planejamento participativo

UNIDADE 4 – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

4.1 Aspectos teórico-legais do Projeto Político Pedagógico

- 4.2 O processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola
 4.3 Inter-relações entre Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar

Bibliografia Básica

ARAÚJO, S. O. S. **Gestão democrática?** Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica. Alagoas: Editora UFAL, 2007.

FERREIRA, Naura S. C. (org.). **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCK, H. A Gestão Participativa na Escola. 10 ed. Série Cadernos de Gestão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. SP: Cortez Editora, 2003.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica

BRASIL. MEC/INEP. **Plano Nacional de Educação.** Brasília/DF: Ministério da Educação e do Desporto/Ministério Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

_____. Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na Cultura Globalizada. In: **Educação e Sociedade.** Campinas, vol.25, n.89, p.1227-1249, Set/Dez 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619.pdf>

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Gestão da Educação.** Impasses, perspectivas e compromissos. 2 ed. SP: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamento para a sua realização. In: **Autonomia da Escola: princípios e projetos**. São Paulo: Cortez, 1997.

GANDIN, D.; GADIN I. A. **Temas para um Projeto Político Pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ESCOLAR

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 45H

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Os paradigmas curriculares e sua influência na organização escolar. A proposta político pedagógica como a unidade na diversidade do cotidiano escolar. Os profissionais da educação como participantes na gestão democrática.

OBJETIVO:

Estabelecer o diálogo entre a escola e o contexto social, político e cultural, no sentido de [re]construir fundamentos teóricos capazes de promover a relação dialética entre a teoria e a prática curricular, imprescindíveis para a construção e desenvolvimento da efetiva gestão curricular.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – OS PARADIGMAS CURRICULARES E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

1.1 Dimensões de currículo

1.2 Currículo: conceitos e problemas principais

1.3 Currículo e cultura no contexto global

UNIDADE 2 – A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA COMO A UNIDADE NA DIVERSIDADE DO COTIDIANO ESCOLAR

2.1 Disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, os temas transversais do currículo;

2.2 Os conteúdos curriculares e os parâmetros curriculares nacionais (PCNs)

2.3 Projeto Político Pedagógico

2.4 Regimento Escolar

2.5 Plano de Estudos e Plano de Trabalho

UNIDADE 3 – OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO PARTICIPANTES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

3.1 O currículo como essência do fenômeno educacional

- 3.2 A gestão democrática em suas dimensões administrativa, financeira e pedagógica: uma questão paradigmática
 3.3. Cotidiano escolar como espaço de construção de saberes

Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DOMINGUES, J. L. Interesses humanos e curriculares. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: MEC/INEP, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, José Gimeno; PEREZ GOMEZ. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIMENO SACRISTÁN. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências a cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia Complementar

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MOREIRA, A. F.B. **Curriculum e programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SARTURI, Rosane Carneiro. **O processo da construção curricular na Constituinte Escolar**: implicações e possibilidades. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 402 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Programa Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: ENFOQUES DE PESQUISA

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 45H

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Questões éticas em pesquisa. Enfoques e metodologias de pesquisa. Técnicas e instrumentos de construção de dados. Planejamento da pesquisa.

OBJETIVO:

Estudar os elementos teórico-metodológicos mínimos relacionados à atividade investigativa em educação e exercitar a elaboração de um projeto de pesquisa.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – QUESTÕES ÉTICAS EM PESQUISA

- 4.1 Comitê de ética em pesquisa e Plataforma Brasil
- 4.2 Termo de consentimento livre e informado
- 4.3 Termo de confidencialidade
- 4.4 Autorização institucional

UNIDADE 2 – ENFOQUES E METODOLOGIAS DE PESQUISA

- 1.1 Abordagens quantitativa e qualitativa de pesquisa
- 1.2 Tipos de pesquisas (bibliográfica, documental, experimental, campo)

UNIDADE 3 – TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

- 3.1 Observação
- 3.2 Diário de campo
- 3.3 Entrevista
- 3.4 Questionário
- 3.5 Grupo focal

UNIDADE 4 – PLANEJAMENTO DA PESQUISA

- 5.1 Elaboração e apresentação de pré-projeto de monografia.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos 2: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Pesquisa-ação: princípios e métodos**. João Pessoa: UFPB, 2003.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. A pesquisa no ensino, sobre o ensino e sobre a reflexão dos professores sobre seus ensinos. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2002, p. 57-67.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 31 jan./abr. 2006, p. 7-18.

Bibliografia Complementar

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

9.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS / EMENTAS, PROGRAMAS E REFERÊNCIAS

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: CÍRCULOS DE DIÁLOGOS: GESTÃO E MODALIDADES EDUCATIVAS

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Gestão, modalidades educativas e diversidade. Gestão e culturas digitais.

OBJETIVO:

Partindo de fundamentações filosóficas, sociológicas, históricas, antropológicas e legais, visa-se debater os problemas educacionais, a responsabilidade do governo, da sociedade e dos professores diante dos desafios das diversidades culturais e a políticas públicas no Estado Brasileiro, com foco nas diferentes modalidades educativas.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – GESTÃO, MODALIDADES EDUCATIVAS E DIVERSIDADE

1.1 Raízes e Matrizes do povo brasileiro

1.2 Gestão das modalidades educativas e o reconhecimento do “outro como ser diferente”

UNIDADE 2 – GESTÃO E CULTURAS DIGITAIS

- a. Cultura digital e participação na gestão escolar
- b. Cultura digital: interação e dialogicidade em aula

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 3 ed. 3 vol. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

APPLE, Michael. **Conhecimento Oficial. A educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. RJ: Editora Vozes, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Sobre Educação e Juventude**. RJ: ZAHAR, 2013.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Bibliografia complementar:

COSTA, M. V (org.). **O Currículo nos Limiares do Contemporâneo**. RJ: DP&A, 2005.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Trad por Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25^aed. RJ: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 24^aed. RJ: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo**. 19 ed. SP: Brasiliense, 2004.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO HUMANO EM DIFERENTES ABORDAGENS

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

A disciplina abrange a teoria do desenvolvimento dialético de Wallon, a concepção simbólico – cultural de Gardner, e o desenvolvimento ecológico sistêmico de Bronfenbrenner relacionados a aprendizagem e seus intercâmbios junto ao contexto da Gestão Educacional.

OBJETIVO:

Conhecer e identificar as teorias contemporâneas do desenvolvimento humano.

PROGRAMA:**UNIDADE 1 – O DESENVOLVIMENTO DIALÉTICO DE WALLON**

- 1.1 O desenvolvimento dialético de Henri Wallon
- 1.2 Aspectos gerais da teoria de Henri Wallon
- 1.3 O desenvolvimento psicológico da criança
- 1.4 A importância da emoção no desenvolvimento
- 1.5 As três emoções básicas: alegria, cólera e medo
- 1.6 Emoções e inteligência
- 1.7 Implicações educacionais dos estudos de Wallon

UNIDADE 2 – Inteligências Múltiplas e principais conceitos

- 2.1 Howard Gardner e a Teoria das Inteligências Múltiplas
- 2.2 Contribuições educacionais

UNIDADE 3 – Teoria Ecológica

- 3.1 Aspectos gerais da teoria de Urie Bronfenbrenner
- 3.2 Teoria dos sistemas ecológicos de Urie Bronfenbrenner

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula.** Campinas, SP: Papirus, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **Ecologia do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COLL,C., PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GALVÃO, I. Henri Wallon: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

Bibliografia Complementar

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas – A teoria na prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_____. **Desenvolvimento Humano:** teorias e estudos. Santa Maria: Casa Editorial, 1995.

_____. **Urie Bronfenbrenner e a Ecologia do Desenvolvimento Humano.** Santa Maria: Casa Editorial, 191p., 1995.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre, Prodil, 1996.

WALLON, H. As origens do caráter da criança. Ed. Nova Alexandria, 1984.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Fundamentos Legais do Financiamento da Educação. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O Financiamento da Educação Básica com Qualidade.

OBJETIVO:

Identificar os fundamentos legais, as principais fontes e os mecanismos de financiamento da educação no país, na União, Estados e Municípios.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS LEGAIS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

1.1 Recursos financeiros vinculados à Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases

1.2 Leis do FUNDEF e FUNDEB

1.3 Salário Educação

1.4 Legislação Estadual e Municipal

UNIDADE 2 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

2.1 Fontes de recursos: impostos e contribuições sociais

2.2 Recursos vinculados à educação

UNIDADE 3 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIDADE

3.1 Fiscalização das receitas, aplicação de recursos e gastos em educação

3.2 Custo aluno – qualidade no Brasil (CAQ)

3.3 Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e inter-relações com o financiamento da educação básica

Bibliografia Básica

AMARAL, Nelson. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2012.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação:** novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e as verbas da educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. e TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LIMA, Maria José Rocha; ALMEIDA, Maria do Rosário; DODONET, Vital (Orgs.). **FUNDEB: Dilemas e Perspectivas.** Brasília: edição independente, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil.** Brasília/DF: Senado Federal, 2004. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: fev. 2004.

BRASIL. MEC. **Legislação do Fundef.** Brasília/DF: Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Legisla.shtm>> Acesso em: 11 maio 2004.

BRASIL. **Lei 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

BRASIL. MEC. INEP. **Censo Escolar.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília/DF, 2001.

FUNDEB. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: GESTÃO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Aspectos históricos e conceituais da avaliação educacional de larga escala e de desempenho no Brasil. Qualidade e indicadores da avaliação educacional.

OBJETIVO:

Conhecer os aspectos conceituais e os formatos de avaliação da educação básica e superior, bem como refletir sobre os seus impactos na qualidade do sistema educacional brasileiro.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAIS DE LARGA ESCALA E DE DESEMPENHO NO BRASIL.

1.1 Política do MEC para assegurar a avaliação de larga escala e a avaliação Institucional

1.2 Tipos de avaliação: interna e externa

1.3 Modelos e formatos de avaliação

UNIDADE 2 – QUALIDADE E INDICADORES DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

2.1 Mecanismos e índices de avaliação: Provinha Brasil, ENEM, ENCCEJA, PISA

2.2 Censo da Educação Básica, ENADE, ACE, Avaliação Institucional - SINAES

2.3 Avaliação e qualidade da educação

Bibliografia Básica

ALTMAN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 28, n.1 p.77-89, jan./jun. 2002.

HOUSE, Ernest. **Evaluación, ética y poder**. Madrid: Morata, 2003.

JANELA, Almerindo Afonso. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias**. Avaliação Institucional participativa. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

SOUZA, Sandra M. Zábia L. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. Dossiê Educação. In. **Revista ADUSP**. N° 46, janeiro, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - e dá outras providências.

BRASIL. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. **Manual de Avaliação Institucional de Centros Universitários**, Brasília, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. SC, RAIIS Insular, 2000.

MOROSINI, M. Qualidade da educação universitária: isoformismo, diversidade e eqüidade. **Interface: comunicação, saúde e educação**. v. 5. n. 9. Fundação UNI Butucatu, UNESP, 2001, p. 89 – 102.

PINTO, Fátima Cunha F.; OLIVEIRA, Carlos Alberto P. A Avaliação Institucional e a Acreditação como base para a qualidade do ensino à distância Básica. In: **Ensaio**, n. 34, v.10, jan/mar, 2002, p. 5-18.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Aspectos históricos e legais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Condições atuais das políticas de Educação de Jovens e Adultos. Projetos e propostas para a Educação de Jovens e Adultos.

OBJETIVO:

Conhecer e interpretar as políticas públicas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, bem com elaborar projetos políticos pedagógicos que visem a inclusão social do público jovem e adulto.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

1.1 Permanências e mudanças na história da educação pessoas jovens e adultas que implicam na situação atual da EJA.

1.2 Planos, leis, reformas e programas educacionais que contemplaram a EJA no Brasil.

UNIDADE 2 – CONDIÇÕES ATUAIS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 Processo de democratização da educação e a inclusão social.

2.2 A nova identidade da educação de adultos na legislação atual sobre educação (pós Constituição de 1988).

2.3 O papel do Estado na oferta de ensino aos jovens e adultos.

2.4 A difusão das parcerias nos serviços públicos não-estatais.

UNIDADE 3 – PROJETOS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1 Propostas pertinentes à inclusão de jovens e adultos na educação continuada.

3.2 Elaboração de metas compatíveis com o financiamento da EJA, com a capacitação dos professores e os objetivos dos sistemas de ensino.

3.3 Como viabilizar propostas para a educação popular.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando:** conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo: Instituto Paulo Freire (Guia da escola didadã), v.5, 4 ed., 2001

HADDAD, Sérgio; DI PIERREO, Maria do Carmo. Escolarização de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação.** mai/jun/ago, 2000, n.14, p.108-130. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2000.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

SOARES, L. (Org.) **Aprendendo com a diferença:** estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em <www.planalto.gov.br/legislacao/leis>

BRASIL. LDB, **Lei 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislação>.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1**, de 5 de julho de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>

BRASIL. **Resolução Nº 3**, de 15 de junho de 2010. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=14906&option=com_content&view=article>

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: POLÍTICA DE INCLUSÃO E GESTÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Política de inclusão. Efeitos da inclusão na gestão escolar e no trabalho docente.

OBJETIVO:

Identificar a política de inclusão educacional como projeto neoliberal em suas repercussões na gestão escolar e no trabalho docente.

PROGRAMA:**UNIDADE 1 – POLÍTICA DE INCLUSÃO**

- 1.1 Racionalidade Neoliberal e Política de Inclusão
- 1.2 Neoliberalismo: as regras e as condições de inclusão
- 1.3 Exclusão e inclusão: composição do jogo neoliberal
- 1.4 Estratégias de educação neoliberal e a inclusão: educar, estar junto, empreender e permanecer incluído

UNIDADE 2 – EFEITOS DA INCLUSÃO NA GESTÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DOCENTE

- 2.1 A inclusão como perspectiva política para a escola e para o trabalho do professor
- 2.2 A gestão escolar inclusiva
- 2.3 Constituir-se professor para a escola inclusiva

Bibliografia Básica

MILCHELS, Maria Helena Michels. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 33, set./dez., 2006, p. 406-560.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 33, set./dez., 2006, p. 387-559.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. In: **Revista Proposições**, v. 12, n. 2-3 (35-36). jul./nov. 2001, p. 22-31.

VEIGA-NETO, Alfredo e LOPES, Maura C. Inclusão como dominação do outro pelo mesmo. In: **VII Colóquio Internacional Michel Foucault**, em outubro de 2011, na PUC-SP. Acesso em: <<http://www.fe.unicamp.br/TEMPORARIOS/veiga-neto-lopes-inclusao-como-dominacao.pdf>>

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. Os meninos. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 29, n.1, 2004, p. 229-239.

Bibliografia Complementar

POSSA, Leandra Bôer; NAUJORKS, Maria Inês. Efeitos da racionalidade neoliberal nos discursos sobre inclusão: o silêncio docente. In: **Revista Educação**, Santa Maria: UFSM, v. 38, n. 2, maio/ago. 2013, p. 319-328.

LOPES, Maura C. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura C.; HATTGE, Morgana D. (orgs.) **Inclusão escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autentica, 2009, p. 107-130.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Cenário das políticas de formação de professores no Brasil. Formação, valorização e trabalho docente.

OBJETIVO:

Realizar estudos e pesquisas acerca das políticas e práticas de formação de professores no Brasil, no sentido de compreender e [re]significar os fundamentos legais, teóricos e metodológicos que envolvem a formação inicial e continuada de professores.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – CENÁRIO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

- 1.1 Atuais políticas de formação de professores no Brasil
- 1.2 Programas nacionais de formação inicial e continuada de professores
- 1.3 Formação a distância de professores

UNIDADE 2 – FORMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

- 2.1 Desenvolvimento profissional do professor
- 2.2 Pesquisas relacionadas à formação e valorização da profissão e trabalho docente

Bibliografia Básica

AZANHA, José Mário Pires. **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo, Editora Senac, 2006.

BENINCÁ, E.; CAIMI, F. E. (Orgs). **Formação de Professores.** Um diálogo entre a teoria e a prática. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2002.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Formação Continuada e Gestão da Educação.** SP: Cortez, 2003.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n.85, p.1095-1124, 2003.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Novas políticas de formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 89-116.

Bibliografia Complementar

GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira:** problemas e movimentos de renovação. 2 ed. Campinas, SP: Editores Associados, 2000.

GATTI, B.; BARRETTO, A. S. de S. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília:UNESCO, 2009.

GARCIA, Marcelo C. **Formação de professores:** Por uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

GHEDIN, Evandro. Implicações das reformas no ensino para a formação de professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 397-418.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: D. Quixote, 1992.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: SISTEMAS EDUCACIONAIS: ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA: Conceitos, componentes e fundamentos legais dos sistemas educacionais. Regime de cooperação entre os entes federados. Conjuntura e representação social dos e nos sistemas educacionais.

OBJETIVO: Reconhecer os principais fundamentos, aspectos organizacionais e de representatividade social relacionados aos sistemas educacionais.

PROGRAMA:

UNIDADE 1 – Conceitos, componentes e fundamentos legais dos sistemas educacionais

1.1 Estado, Educação e Políticas Educacionais

1.2 Conceitos de sistema e sub-sistema educacional e escolar

1.3 Aspectos legais relacionados aos sistemas educacionais

UNIDADE 2 – Regime de cooperação entre os entes federados

2.1 Competências específicas e implicações relacionadas aos entes federados

2.2 Cooperação entre os entes federados: dilemas e possibilidades

UNIDADE 3 – Conjuntura e representação social dos e nos sistemas educacionais

3.1 Organização, atribuições e responsabilidades dos Sistemas educacionais

3.2. Interlocução entre Conselhos de Educação e Sistemas educacionais

3.3 Funções e atribuições dos Conselhos Municipais de Educação

3.4 Responsabilidade social dos e nos Sistemas Educacionais

Bibliografia Básica

BARROSO, J. (Org). **A regulação das políticas públicas de educação:** espaços, dinâmicas e actores. EDUCA/Unidade de I&D de Ciências da Educação. Lisboa, 2006.

BORDIGNON, G. **Gestão da educação no município:** sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CARVALHO, J. (Org.) **Estrutura e funcionamento da educação básica.** SP: Pioneira, 2004.

CERVI, R. de M. **Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil.** Curitiba: Ibpex, 2005.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, CEDES, v.23, n.80, p.168-200, set 2002.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. (Org.) **Gestão da Educação.** Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, A. B. de (Org). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada.** São Paulo: Xamã, 2004.

OLIVEIRA, D. A. de. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** (Org.). 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CURSO: Especialização em Gestão Educacional

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO: ADE

CARGA HORÁRIA: 30H

CRÉDITOS: 02

EMENTA:

Tópicos Específicos em Gestão Educacional: temáticas específicas das políticas públicas e da gestão educacional. Educação para Pessoas com Necessidades Especiais: inclusão e exclusão escolar; Educação à Distância; Educação Indígena; Educação Profissional; Multiculturalismo. Outros.

OBJETIVO:

Aprofundar assuntos e temáticas relacionados às políticas públicas e gestão educacional, em especial tópicos que priorizem conhecer a realidade da exclusão e inclusão sócio-educacional no Brasil.

REFERÊNCIAS:

A bibliografia será indicada pelos professores responsáveis pelos temas de escolha dos alunos, tendo em vista que os Tópicos Específicos em Gestão Educacional são optativos. Poderão ser trabalhados em forma de seminários, conferências, aulas, produção de texto, entre outras abordagens metodológicas.

9.5 SELEÇÃO DE CANDIDATOS

A seleção de candidatos será feita via Edital emitido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (UFSM), através de:

- 1) Análise do currículum vitae, no formato lattes, devendo o mesmo ser avaliado de acordo com critérios homologados pelo Colegiado do curso.

- 2) Análise do anteprojeto de pesquisa, cujos critérios para aprovação deverão ser homologados pelo Colegiado.
- 3) Entrevista, cujos critérios deverão ser homologados pelo Colegiado.
- 4) Os critérios para análise do Curriculum, do projeto de pesquisa e da entrevista, serão propostos pela Comissão de Seleção.

Será constituída Comissão de Seleção, com respectivas bancas de professores, para a seleção de candidatos, indicadas pelo Colegiado do curso e homologadas pela Direção do Centro de Educação, mediante Portaria.

A divulgação da nominata dos candidatos selecionados será realizada pelo DERCA.

Caberá recurso a ser apreciado pelo Colegiado do curso, num prazo de dez dias após a divulgação dos resultados pelo DERCA.

10 RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Para implementação do Curso está prevista a participação de no mínimo 10 professores para ministrar as disciplinas obrigatórias e optativas já mencionadas na organização curricular, assim como docentes com formação mínima em mestrado para orientação das monografias (todos credenciados no curso e com produção na área da gestão educacional), não havendo, portanto, a necessidade de contratação de recursos humanos.

O Centro de Educação dispõe de uma sala para secretaria e um funcionário para a Secretaria do Curso. Dispõe, também, de espaços para as aulas e de equipamentos tecnológicos para a realização dos processos administrativos e pedagógicos do Curso.

Os laboratórios de ensino e auditórios possibilitam a realização de trabalhos teórico-práticos, eventos entre outras atividades são compartilhados com todos os seis cursos oferecidos no CE.

O LINCE amplia o acesso e o suporte às aulas e pesquisas que envolvem prática com computadores ou recursos midiáticos sofisticados para enriquecer conteúdos de forma interativa

A Biblioteca Central "Manoel Marques de Souza - Conde de Porto Alegre" da UFSM concentra a maior parte do acervo bibliográfico da instituição, subordinada diretamente a Reitoria, com capacidade para um milhão de volumes (atualmente conta com 127.704 volumes, sendo eles: livros, teses, dissertações, monografias, etc.), uma área útil de 7.880 m² podendo receber mil e quinhentos alunos simultaneamente, tendo condições de atender aos alunos do Curso, bem como seus professores.

A Biblioteca Setorial "Professora Carmen Silveira Neto" é uma unidade especial de ensino, pesquisa e extensão, diretamente subordinada ao Centro de Educação, conforme Regimento Interno aprovado na Sessão n. 302 de 04/05/95 do Conselho de Centro, e Sessão n. 518, de 07/06/95, do Conselho Universitário. Mantém o acervo de livros e periódicos em permanentes condições de utilização e, especificamente, promove e desenvolve intercâmbio com instituições similares para

atender aos consulentes da comunidade universitária da Universidade Federal de Santa Maria. A Biblioteca conta com espaço físico de 228m², o horário de funcionamento é das 8h às 20h, o acervo conta com 7.899 títulos de livros e 705 títulos de periódicos, toda informatizada no sistema Bibliotech da UFSM. A Biblioteca conta, ainda, com uma sala para leitura e estudos individuais.

11 AVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de Avaliação Institucional do Curso é composto da Avaliação Interna e Externa, em coerência com os preceitos, mecanismos e encaminhamentos institucionais, bem como marcos legais do que trata o tema. Considera, sobretudo, as normatizações do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e da Carta de Princípios e Diretrizes para Avaliação Institucional do Centro de Educação (UFSM).

A Avaliação do Curso deverá ser periódica para potencializar a análise dos processos administrativos-pedagógicos, assim como para a meta-avaliação, e deverá utilizar como base de dados a participação dos docentes e discentes quanto:

- as ações de formação continuada dos docentes do Curso;
- avaliação docente;
- a pesquisa com ex-alunos;
- análise dos indicadores de qualidade, tais como: a articulação vertical e horizontal do currículo, a qualidade do ensino ministrado, a interação teoria-prática, evasão, reprovação, repetência e desempenho da produção docente e discente (em anexo a operacionalização dos instrumentos).

a) **Ações de formação continuada dos docentes do Curso:** é parte integrante da Avaliação Institucional com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de um espaço de atualização, revisão e crescimento pedagógico, ao mesmo tempo em que se propõe uma avaliação do processo de ensino e de aprendizagem como um todo. Serão consideradas ações de formação continuada pelos docentes a participação, publicação e apresentação de trabalhos, bem como organização de cursos, encontros, jornadas, seminários, congressos, entre outros eventos relacionados à gestão educacional. Estes eventos, de preferência, deverão estabelecer parcerias com instituições/órgãos educacionais como ANPED, ANPAE, ENDIPE, EDUCERE, UNDIME, UNCME, FAMURS, entre outros, além das Coordenadorias Regionais de Educação e Secretarias Municipais de Educação e Associações de Municípios. Avaliação do Docente pelo discente:

têm como instrumento de coleta de dados um questionário padronizado e coordenado pela Instituição, utilizado ao final de cada semestre letivo, aplicado via on-line para cada disciplina e turma. Este instrumento visa avaliar o desempenho docente e também o conteúdo da disciplina. Objetiva firmar junto a comunidade valores acadêmicos institucionais para o processo ensino-aprendizagem.

b) **Avaliação docente:** em respeito a especificidade e o evidente grau de criatividade e autonomia de cada Curso, é possível que outros instrumentos de avaliação venham a ser criados e agregados ao processo. A proposta é a elaboração de um questionário interno dirigido ao professor, com questões semelhantes as da avaliação docente pelo discente aplicado pela instituição. Esses resultados deverão ser cruzados com o resultado da avaliação dos alunos, o que permitirá verificar o perfil do ensino, sob a ótica do professor e do acadêmico, possibilitando elementos de comparação. Essa coleta de dados deve ocorrer ao término de cada semestre letivo.

c) **Pesquisa ao ex-aluno:** ao final de cada ano letivo, serão encaminhados questionários, através de mala direta, aos egressos concluintes do ano anterior. Para o sucesso disso, a Coordenação deverá manter um banco de dados atualizados com o endereço/contatos dos concluintes, para que o retorno da pesquisa seja garantido. Além de manter contato com a Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria – RS (SMED) e a 8^a Coordenadoria Regional de Educação (8^a CRE), para agilizar a localização dos profissionais.

d) **Análise dos indicadores de qualidade:** manter atualizada uma série histórica organizada através da análise curricular, ou seja, uma investigação permanente sobre o desempenho dos alunos e professores nos últimos três anos, entre os quais potencializem estabelecer comparações entre desempenho das disciplinas e do curso em sua totalidade: como número expressivo de reprovações, evasão, repetência, retenção e a diplomação. O acesso a estes dados poderá ser possibilitado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFSM, entre outros mecanismos de consulta de dados.

A Avaliação Externa será realizada por docentes sem vínculos diretos com a UFSM, possibilitando, desta forma, um trabalho com alto grau de imparcialidade,

sendo a cada dois anos designados e convidados pelo Colegiado do Curso em até dois avaliadores externos. Neste processo, o objetivo maior é oferecer subsídios para o Curso reprogramar e aperfeiçoar seu projeto político pedagógico.

Quanto a operacionalização das ações de avaliação interna e externa do Curso, o Colegiado do Curso deverá constituir uma Comissão, composta de docentes, discentes, ex-alunos, funcionários e comunidade. Tal Comissão terá a incumbência de organizar e sistematizar a coleta de dados, assim como as análises e conclusões em forma de Relatório, para posterior publicação e envio à Comissão de Avaliação do Centro de Educação e da Instituição.